Adami S/A. - Madeiras

Informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2022 e 2021

KPDS 1077847

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **5**

Demonstrações de resultados **6**

Demonstrações de resultados abrangentes **7**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **8**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **9**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias **10**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da

Adami S/A. - Madeiras

Caçador – SC

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Adami S/A. - Madeiras ("Companhia") em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Base para conclusão com ressalva

O relatório de auditoria relativo às demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, do período findo em 30 de junho de 2021, conteve conclusão com ressalva decorrente do não reconhecimento da baixa dos ativos biológicos pelo seus valores justos e não mensuração dos ativos biológicos remanescentes em 30 de junho de 2021 aos seus valores justos conforme requerido pelo CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola. Se a Companhia tivesse reconhecido o valor justos dos ativos biológicos, a rubrica das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas em 30 de junho de 2021, poderiam ter sido afetados de forma relevante. Não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 30 de junho de 2021.

Em decorrência desse assunto, a nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, do período corrente inclui modificação em relação ao efeito desse assunto sobre as informações correspondentes de 30 de junho de 2022 apresentadas para fins de comparabilidade.

Conclusão

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “base para conclusão com ressalva” não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2022, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

Joinville, 15 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8

André Luiz de Godoy
Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative (“KPMG International”), a Swiss entity.

Adami S/A. - Madeiras

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**30/06/2022**	**31/12/2021**	**30/06/2022**	**31/12/2021**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	161.291	118.436	166.406	123.050
Aplicações financeiras	6	61.978	75.910	63.079	76.954
Contas a receber de clientes	7	303.460	273.451	303.460	273.451
Estoques	8	146.035	165.043	146.241	165.248
Impostos a recuperar	9	72.815	123.590	72.815	123.590
IRPJ e CSLL à recuperar	10	6.219	13.947	6.219	13.947
Ativos biológicos	11	114.681	114.681	114.681	114.681
Outras contas a receber		17.948	21.988	19.247	23.132
Instrumentos financeiros derivativos	27c	344	169	344	169
		884.771	907.215	892.492	914.222
Não circulante					
Impostos a recuperar	9	3.419	3.307	3.419	3.307
IRPJ e CSLL à recuperar	10	35.820	35.820	35.820	35.820
Depósitos judiciais	12	5.775	5.764	5.775	5.764
Dividendos a receber	14	-	4.232	-	4.232
Fundo de investimentos em direitos creditórios	26	10.210	9.494	10.210	9.494
Instrumentos financeiros derivativos	27c	179	747	179	747
Mutuos com partes relacionadas	19.b	3.745	3.444	3.745	3.444
Contas reserva BNDES		-	-	1.519	1.444
Investimentos	14	80.108	71.346	61.181	55.039
Ativos biológicos	11	338.220	341.262	338.220	341.262
Ativo de direito de uso	16	51.094	54.771	51.094	54.771
Imobilizado	15	482.588	464.411	530.435	512.820
		1.011.158	994.598	1.041.597	1.028.144
Total do ativo		**1.895.929**	**1.901.813**	**1.934.089**	**1.942.366**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**30/06/2022**	**31/12/2021**	**30/06/2022**	**31/12/2021**
Circulante					
Fornecedores		99.198	90.877	99.321	91.142
Empréstimos e financiamentos	17	139.163	179.142	145.315	184.924
Debêntures	18	49.520	36.155	49.520	36.155
Salários e encargos sociais		25.107	21.388	25.107	21.388
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		64.237	57.007	64.237	57.007
Adiantamento de clientes		6.413	3.092	6.413	3.092
Impostos e contribuições à recolher	20	23.477	7.391	23.717	7.563
Instrumentos financeiros derivativos	27c	1.238	2.199	1.238	2.199
Arrendamento mercantil	21	13.267	15.664	13.267	15.664
Outras contas a pagar		37.495	41.151	37.495	41.191
		459.115	454.066	465.630	460.325
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	153.293	236.803	184.938	271.097
Debêntures	18	152.200	174.664	152.200	174.664
Impostos e contribuições à recolher	20	684	705	684	705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	156.327	155.447	156.327	155.447
Provisão para contingências	12	13.469	13.792	13.469	13.792
Arrendamento mercantil	21	28.533	36.414	28.533	36.414
Outras contas a pagar		36.791	34.811	36.791	34811
		541.297	652.636	572.942	686.930
Patrimônio líquido	22				
Capital social		265.000	165.000	265.000	165.000
Ajustes de avaliação patrimonial		146.298	141.853	146.298	141.853
Reservas de lucros		484.219	488.258	484.219	488.258
		895.517	795.111	895.517	795.111
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.895.929**	**1.901.813**	**1.934.089**	**1.942.366**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2022	**30/06/2021**	**30/06/2022**	**30/06/2021**
Receita operacional líquida	23	747.069	607.588	753.827	612.907
Custo dos produtos vendidos	24	(411.261)	(386.570)	(411.534)	(387.559)
Lucro bruto		335.808	221.018	342.293	225.348
Outras (despesas) receitas operacionais					
Vendas	24	(118.754)	(73.651)	(118.754)	(73.651)
Administrativas	24	(37.855)	(32.417)	(39.200)	(33.785)
Outras receitas e despesas		2.195	2.061	2.195	2.061
Lucro antes do resultado financeiro		181.394	117.011	186.534	119.973
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	51.997	53.881	52.381	53.990
Despesas financeiras	25	(86.705)	(81.180)	(89.279)	(83.057)
Resultado financeiro líquido		(34.708)	(27.299)	(36.898)	(29.067)
Resultado da equivalência patrimonial	14	14.823	8.820	12.203	7.821
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		161.509	98.532	161.839	98.727
Imposto de renda e contribuição social	13.b	(45.625)	(20.557)	(45.955)	(20.752)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	1.519	(4.785)	1.519	(4.785)
Resultado do exercício		117.403	73.190	117.403	73.190

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021.

(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			
	Nota	**Capital social**	**Legal**	**Retenção**	**Lucros a realizar**	**Custo atribuido**	**Hedge accounting**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**165.000**	**2.808**	**128.865**	**165.615**	**158.294**	**(21.851)**	**-**	**598.731**
Distribuição dividendos	22.b	-	-	(12.600)	-	-	-	-	(12.600)
Realização do custo atribuído liquido de tributos		-	-	-	-	(185)	-	185	-
Hedge accouting liquido de tributos	27.b	-	-	-	-	-	6.508	-	6.508
Juros sobre o capital próprio	22.c	-	-	-	-	-	-	(6.400)	(6.400)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	73.190	73.190
Saldos em 30 de junho de 2021		**165.000**	**2.808**	**116.265**	**165.615**	**158.109**	**(15.343)**	**66.975**	**659.429**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**165.000**	**15.816**	**221.516**	**250.926**	**150.955**	**(9.102)**	**-**	**795.111**
Aumento de capital		100.000	-	(100.000)	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	22.b	-	-	(9.149)	-	-	-	-	(9.149)
Realização do custo atribuído liquido de tributos		-	-	-	-	(212)	-	212	-
Hedge accouting liquido de tributos	27.b	-	-	-	-	-	4.657	-	4.657
Juros sobre o capital próprio	22.c	-	-	-	-	-	-	(12.505)	(12.505)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	117.403	117.403
Saldos em 30 de junho de 2022		**265.000**	**15.816**	**112.367**	**250.926**	**150.743**	**(4.445)**	**105.110**	**895.517**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2022	**30/06/2021**	**30/06/2022**	**30/06/2021**
Resultado do exercício		117.403	73.190	117.403	73.190
Hedge accounting liquido dos tributos	27.b	(7.056)	9.859	(7.056)	9.859
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.399	(3.351)	2.399	(3.351)
Resultado abrangente do exercício		112.746	79.698	112.746	79.698

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Adami S/A. - Madeiras

Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/06/2022**	**30/06/2021**	**30/06/2022**	**30/06/2021**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		117.403	73.190	117.403	73.190
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado instrumentos financeiros derivativos					
Depreciação e amortização	24	14.569	14.170	15.277	14.878
Exaustão	11	6.296	5.234	6.296	5.234
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e contingências		(1.499)	2.288	(1.499)	2.288
Impostos diferidos		(1.519)	4.785	(1.519)	4.785
Variações monetárias, juros e derivativos não realizados		36.611	15.882	39.168	18.783
Resultado na venda de ativos imobilizados		(417)	(894)	(417)	(894)
Equivalência patrimonial	14	(14.823)	(8.820)	(12.203)	(8.820)
		156.621	105.835	162.506	109.444
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(30.009)	(89.407)	(30.009)	(89.407)
Estoques		19.008	(63.669)	19.006	(63.673)
Impostos a recuperar		58.391	(21.418)	58.391	(21.418)
Outras contas a receber		7.637	(1.875)	7.408	(1.886)
Fornecedores		8.321	42.242	8.180	42.028
Impostos e contribuições a recolher		16.945	17.300	17.013	17.313
Outras contas a pagar		1.032	13.804	992	13.800
Aplicações financeiras		13.932	57.191	13.876	57.163
Recebimento de dividendos		10.500	10.000	10.500	10.000
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		262.378	70.003	267.863	73.364
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de imobilizado	15	(30.645)	(6.710)	(30.791)	(6.857)
Adições de ativos biológicos	11	(3.254)	(3.984)	(3.254)	(3.984)
Aquisições de investimentos	14	(6)	-	(6)	-
Recebimento de mútuo de coligadas		-	-	-	-
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado		448	1.014	448	1.014
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(33.457)	(9.680)	(33.603)	(9.827)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(12.550)	(14.300)	(12.550)	(14.300)
Empréstimos tomados	17	65.000	64.237	65.000	64.237
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	17	(198.761)	(77.651)	(203.599)	(80.863)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	27.c	306	2.799	306	2.799
Liquidação de derivativos	27.c	(1.335)	(9.203)	(1.335)	(9.203)
Debêntures emitidas	18	-	-	-	-
Pagamentos de debêntures (principal e juros)	18	(25.935)	(20.216)	(25.935)	(20.216)
Pagamentos de arrendamento mercantil (principal e juros)	21	(12.791)	(7.882)	(12.791)	(7.882)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		(186.066)	(62.216)	(190.904)	(65.428)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		42.855	(1.893)	43.356	(1.891)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		118.436	67.749	123.050	74.793
No fim do exercício		161.291	65.856	166.406	72.902
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		42.855	(1.893)	43.356	(1.891)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Adami S/A. Madeiras é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis, e a participação em outras sociedades.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações contábeis intermediárias apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 15 de agosto de 2022.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações contábeis intermediárias.
Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas na nota explicativa 11 - Ativos biológicos e nota explicativa 15 - Imobilizado.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a participação de 100% no capital da Chapecozinho Energética S.A. conforme nota explicativa 14.

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias

consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na Companhia investida.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação e são reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

(iv) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(v) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de sua controlada;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no

reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(vi) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia e sua controlada desreconhem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(vii) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(viii) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge
A Companhia e sua controlada mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No início da relação de hedge, para a adoção do "*Hedge Accounting*", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de "*Hedge Accounting*" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento

d. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para

que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Bens adquiridos por *leasin*g	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(iv) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

(v) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(vi) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Redução ao valor recuperável - (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos

l. Receita operacional de venda de bens

A receita é mensurada pela Companhia com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos das operações com derivativos;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado;

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações contábeis intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as

reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de contas a receber de clientes por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representado pelo valor contábil. Os mútuos com partes relacionadas são avaliados no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre estes montantes não existem riscos de crédito.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

c. Ativos biológicos

Referem-se às florestas de pinus mantidas pela Companhia para atividade madeireira e produção de papel e embalagens de papelão ondulado, são mensuradas a custo histórico até o sexto ano, e valorizadas a valor justo as florestas com ciclo maior que sete anos, pelo preço de mercado.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Avaliados a valor justo com base em informações da instituição financeira contraparte.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	**31/12/2021**	**30/06/2022**	**31/12/2021**
Caixa e bancos	10.194	36.907	10.303	37.036
Aplicações financeiras	151.097	81.529	156.103	86.014
	161.291	118.436	166.406	123.050

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI entre 80% e 109% (80% e 120% em 31 de dezembro de 2021), são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Aplicações financeiras - controladora e consolidado

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI entre 60% a 152%, e estão vinculados a garantia de contratos de financiamentos e fiança bancária.

	Controladora		Consolidado	
Modalidade	**30/06/2022**	**31/12/2021**	**30/06/2022**	**31/12/2021**
Certificado de Depósito Bancários	29.318	34.242	30.419	35.286
Fundo de investimento	19.924	35.825	19.924	35.825
Letra Financeira do Tesouro – LFT	1.915	-	1.915	-
Certificado de Operações Estruturadas - COE	5.338	-	5.338	-
Ações	5.483	5.843	5.483	5.843
	61.978	75.910	63.079	76.954

7 Contas a receber de clientes

	Controladora e consolidado	
	30/06/2022	**31/12/2021**
No País	316.201	323.870
No Exterior	20.872	15.539
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.511)	(6.911)
(-) Recebíveis cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 26)	(26.102)	(59.047)
	303.460	273.451

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora e consolidado	
	30/06/2022	**31/12/2021**
A vencer	294.956	259.374
Vencidos há 30 dias	8.905	15.183
Vencidos de 31 a 60 dias	909	892
Vencidos de 61 a 90 dias	4	27
Vencidos de 91 a 180 dias	1.290	13
Vencidos há mais de 180 dias	4.907	4.873
	310.971	280.362
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.511)	(6.911)
	303.460	273.451

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável do seu contas a receber de clientes, levando em consideração a necessidade de provisão para possíveis perdas decorrente do não recebimento das duplicatas.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	
	30/06/2022	**31/12/2021**
Saldo inicial no início do exercício	6.911	5.766
Adições	600	1.158
Baixas	-	(13)
Saldo no final do exercício	7.511	6.911

As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na demonstração de resultado.

Garantias

Em 30 de junho de 2022 a Companhia e sua controlada possuem o valor de R$ 24.878 de duplicatas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

8 Estoques

	Consolidado	
	30/06/2022	**31/12/2021**
Matérias-primas e materiais auxiliares	59.801	76.818
Almoxarifado	39.569	38.082
Produtos acabados-madeira	31.238	30.707
Produtos acabados-embalagem	4.234	5.961
Produtos em elaboração	1.621	1.215
Outros	9.778	12.465
	146.241	165.248

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável.

Garantias

Em 30 de junho de 2022 a Companhia e sua controlada não possuem estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

9 Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2022	**31/12/2021**
ICMS à recuperar	6.067	5.247
IPI à recuperar	9.742	18.050
PIS e COFINS à recuperar (a)	57.789	101.783
Outros impostos à recuperar	2.636	1.817
	76.234	126.897
Circulante	72.815	123.590
Não Circulante	3.419	3.307

(a) O saldo de PIS e COFINS à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 23 de abril de 2007, solicitando declarar a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na Base de cálculo do Pis e da Cofins. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 15 de abril de 2019, e o crédito foi apurado utilizando o valor do ICMS destacado nas notas fiscais, no período de abril de 2002 à janeiro de 2019, e foi atualizado pela Selic até junho de 2022 . A Companhia estima compensar a totalidade destes créditos até dezembro de 2022.

10 IRPJ e CSLL à recuperar

	Controladora e consolidado	
	30/06/2022	**31/12/2021**
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	42.039	49.767
Circulante	6.219	13.947
Não circulante	35.820	35.820

(a) O saldo de IRPJ e CSLL à recuperar refere-se a: (i) processo judicial protocolado em 18 de fevereiro de 2016, onde a Companhia solicitou a Exclusão do Pis, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS, do período de março de 2011 à julho de 2017. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 06 de agosto de 2019. O crédito foi apurado utilizando os valores declarados no SPED Fiscal e atualizados pela Selic de abril de 2011 a dezembro de 2020. A Companhia estima compensar o saldo de R$ 2.966 até dezembro de 2022. (ii) processo judicial protocolado em 27/03/2014, onde a Companhia solicitou a Exclusão do IRPJ e CSLL sobre o benefício fiscal do REINTEGRA, do período de dezembro de 2011 à outubro/2021. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 25/10/2021. O crédito foi apurado utilizando os valores declarados em Pedido de Ressarcimento do Reintegra e atualizados pela Selic de dezembro de 2011 a outubro/2021. O crédito encontra-se em fase de habilitação, e a Companhia estima compensar o saldo de R$ 3.060 até dezembro de 2022. (iii) processo judicial protocolado em 17/11/2020, onde a Companhia solicitou a Exclusão do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic utilizada na atualização dos créditos de ações judiciais e impostos recolhidos à maior, do período de novembro de 2015 à dezembro/2021. A companhia dividiu o tema em 4 ações judicais, das quais uma das ações transitou em julgado a favor da companhia. O crédito foi apurado e atualizado pela Selic até fevereiro /2022, no valor de R$ 10.680 e encontra-se em fase de habilitação do crédito junto a RFB, as demais ações referente ao mesmo tema ainda não transitaram em julgado, no entanto o STF já decidiu em 24/09/2021 que não incidem IRPJ e CSLL sobre a Selic, desta forma a Companhia reconheceu no seu resultado em dezembro de 2021 o montante de R$ 35.819. O crédito foi apurado utilizando os valores da Selic utilizados para atualização de ações judiciais e de impostos pagos a maior do período de novembro/2015 à dezembro/2021, e atualizados pela Selic de novembro de 2015 a dezembro/2021. O valor encontra-se no longo prazo e a Companhia aguarda o transito em julgado.

	Controladora e consolidado
2023	35.820
	35.820

11 Ativos biológicos - controladora e consolidado

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio principalmente de pinus para abastecimento de matéria- prima na atividade madeireira, produção de portas e produção de papel e embalagens de papelão ondulado. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo.

a. Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

(i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi *Income Approach* com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model* – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;

(iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio

Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;

(iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados no mercado de Santa Catarina, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;

(vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;

(vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos anuais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Controladora e consolidado

Premissa	**Em 2021**	**Impacto no valor justo dos ativos biológicos**
Área plantada (hectare)	12.815	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto - %	8,11%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço médio líquido de venda (m³ - em reais)	R$ 111,12	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual m³/há – IMA	18,75	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

As principais premissas, taxa de desconto, preço de venda e IMA, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

b. As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**332.330**
Novas plantações	8.401
Aquisições	125
Baixas	(740)
(-) Exaustão (i)	(76.306)
Ajuste ao valor justo (ii)	192.133
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**455.943**
Novas plantações	2.982
Aquisições	272
(-) Exaustão (i)	(6.296)
Saldo em 30 de junho de 2022	**452.901**
Circulante	114.681
Não circulante	338.220

(i) Do valor total exaurido em 2021, o montante de R$ 65.132 (R$ 40.048 em 2020), o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R$ 42.987 (R$ 26.432 em 2020), refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

(ii) Os valores de ajuste ao valor justo em 2021, líquidos dos efeitos tributários resultaram em R$ 128.298 (R$ 62.036 em 2020), foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.
O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da administração para a extração de árvores para os próximos 12 meses.

c. Ativos biológicos cedidos em garantia

Em 30 de junho de 2022, as florestas no valor de R$ 82.399 (R$ 133.725 em dezembro de 2021) estão vinculadas ao penhor agrícola registrada para garantir os empréstimos bancários.

12 Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Controladora e Consolidado	
Depósitos judiciais	**30/06/2022**	**31/12/2021**
Tributários	5.442	5.442
Trabalhista	233	222
Cíveis	100	100
	5.775	5.764
Provisão para contingências		
Trabalhista	769	1.092
Tributária	12.700	12.700
	13.469	13.792

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários, trabalhistas e ambientais contra os quais foram interpostos recursos.

Contingências possíveis
A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões civeis, tributárias e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e sua controlada possuem processos no montante total estimado de R$ 34.961, cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

13 Impostos de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2022	**31/12/2021**
Ativo não circulante		
Provisão para contingências	4.580	4.689
Provisão para comissões	1.892	1.729
Provisão para *impairment* (nota explicativa 15)	4.366	4.366
Prejuízo fiscal imposto de renda pessoa jurídica	-	-
Hedge accounting	2.290	4.689
Outras provisões temporárias	38.253	35.264
	51.381	50.737
Passivo não circulante		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(70.502)	(70.502)
Ativo biológico (nota explicativa 11)	(123.711)	(123.711)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(7.132)	(7.241)
Outras receitas temporárias	(6.363)	(4.730)
	(207.708)	(206.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(156.327)	(155.447)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre adições temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda. As diferenças temporárias serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem e os prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda estão baseados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e histórico de rentabilidade. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado - controladora

	30/06/2022	**31/12/2021**
Lucro antes dos impostos	161.509	314.306
Alíquota básica	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(54.913)	(106.864)
(Adições) e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	4.252	4.741
Equivalência patrimonial	(5.040)	(4.506)
Crédito processo judicial (nota explicativa 9.a e 10)	-	37.986
Outras (adições) exclusões	11.595	14.491
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(44.106)	(54.152)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.519	(29.494)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(45.625)	(24.658)
Alíquota efetiva	(27%)	(17%)

14 Investimentos

	Passos Maia Energética S.A (a)	Chapecozinho Energética S.A (b)	Cia Bom Sucesso de Eletricidade (c)	Outros	Total em 30/06/2022	Total em 31/12/2021
Valores das investidas						
Patrimônio líquido	105.653	18.927	12.538	-	137.118	73.786
Resultado do exercício	24.406	2.620	-	-	27.026	25.182
Participação no capital em %	50%	100%	32,09%			
Movimentação dos investimentos						
Saldos dos investimentos no início do exercício	46.891	16.307	6.419	1.729	71.346	71.690
Dividendos creditados/recebidos	(6.268)	-	-	-	(6.268)	(11.877)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	369
Integralização de capital	-	-	207	-	207	406
Redução de capital	-	-	-	-	-	(2.500)
Aquisições	-	-	-	-	-	6
Resultado de equivalência patrimonial	12.203	2.620	-	-	14.823	13.252
Saldos dos investimentos no fim do exercício	52.826	18.927	6.626	1.729	80.108	71.346

(a) A PCH - Passos Maia é um Pequena Central Hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu como empreendimento controlado em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.

(b) A PCH - Chapecozinho Energética é uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) na qual foram investidos R$ 45 milhões, o início das suas operações ocorreu em março de 2019. Esta PCH tem capacidade de geração de energia de 9 MW, por um período de autorização de 35 anos.

(c) A Companhia possui participação de 32,09% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia com capacidade de geração de 5,5 MW, e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A. - Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao acionista controlador.

15 Imobilizado

Movimentação do custo e depreciação - controladora

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	178.620	158.399	478.127	3.712	7.128	6.881	6.218	24.607	1.936	865.628
Adições	-	27	2.727	413	1.053	823	1.717	9.808	5.690	22.258
Baixas	-	(481)	(8.563)	(367)	(311)	(257)	(763)	(225)	-	(10.967)
Transferências	-	11.013	9.693	46	-	-	219	(16.277)	(4.694)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.620	168.958	481.984	3.804	7.870	7.447	7.391	17.913	2.932	876.919
Adições	-	34	8.643	550	338	687	1.235	9.427	9.731	30.645
Baixas	-	-	(154)	-	(481)	-	(1.405)	(114)	-	(2.154)
Transferência	-	483	5.285	17	53	-	74	(1.587)	(4.325)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	178.620	169.475	495.758	4.371	7.780	8.134	7.295	25.639	8.338	905.410
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	45.796	330.808	2.711	5.532	4.342	854	-	-	390.043
Depreciação no exercício	-	4.870	20.805	205	574	874	187	-	-	27.515
Baixa	-	(377)	(3.808)	(352)	(262)	(249)	(2)	-	-	(5.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	50.289	347.805	2.564	5.844	4.967	1.039	-	-	412.508
Depreciação no exercício	-	2.050	7.806	119	349	460	100	-	-	10.884
Baixa	-	-	(100)	-	(470)	-	-	-	-	(570)
Saldos em 30 de junho de 2022	-	52.339	355.511	2.683	5.723	5.427	1.139	-	-	422.822
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	178.620	118.669	134.179	1.240	2.026	2.480	6.352	17.913	2.932	464.411
Saldos líquidos em 30 de junho de 2022	178.620	117.136	140.247	1.688	2.057	2.707	6.156	25.639	8.338	482.588

Movimentação do custo e depreciação - consolidado

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	178.620	158.399	479.913	3.714	7.128	6.881	10.176	70.626	2.218	917.675
Adições		27	2.727	413	1.053	823	1.717	9.971	5.698	22.429
Baixas		(481)	(8.563)	(367)	(311)	(257)	(763)	(225)	-	(10.967)
Transferências		11.013	9.693	46	-	-	219	(15.987)	(4.984)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.620	168.958	483.770	3.806	7.870	7.447	11.349	64.385	2.932	929.137
Adições	-	34	8.643	550	338	687	1.235	9.467	9.837	30.791
Baixas	-	-	(154)	-	(481)	-	(1.405)	(114)	-	(2.154)
Transferência	-	483	5.285	17	53	-	74	(1.587)	(4.325)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	178.620	169.475	497.544	4.373	7.780	8.134	11.253	72.151	8.444	957.774
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	45.796	333.201	2.711	5.532	4.342	854	-	-	392.436
Depreciação no exercício	-	4.870	22.221	205	574	874	187	-	-	28.931
Baixa	-	(377)	(3.808)	(352)	(262)	(249)	(2)	-	-	(5.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	50.289	351.614	2.564	5.844	4.967	1.039	-	-	416.317
Depreciação no exercício	-	2.050	8.514	119	349	460	100	-	-	11.592
Baixa	-	-	(100)	-	(470)	-	-	-	-	(570)
Saldos em 30 de junho de 2022	-	52.339	360.028	2.683	5.723	5.427	1.139	-	-	427.339
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	178.620	118.669	132.156	1.242	2.026	2.480	10.310	64.385	2.932	512.820
Saldos líquidos em 30 de junho de 2022	178.620	117.136	137.516	1.690	2.057	2.707	10.114	72.151	8.444	530.435

Garantias

Em 30 de junho de 2022 propriedades no valor de R$ 176.401 estão vinculadas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários (R$ 122.031 em dezembro de 2021).

Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 30 de junho de 2022, a Companhia não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado *(impairment)*. Atualmente a Companhia tem o valor de R$ 12.840 de provisão de impairment, reconhecida em exercícios anteriores.
A Administração não identificou necessidade de complemento da provisão para *impairment* para o período apresentado.

16 Ativos de direito de uso

Composição e movimentação

	Controladora e consolidado		
Ativo direito de uso	**Ativos adquiridos p/leasing**	**Arrendamento de terras**	**Total**
Custo			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 (nota explic. 3.h)	**66.514**	**19.292**	**85.806**
Adições	-	228	228
Baixas	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2022	**66.514**	**19.520**	**86.034**

Depreciação	**Ativos adquiridos p/leasing**	**Arrendamento de terras**	**Total**
Depreciação			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 (nota explic. 3.h)	**(25.015)**	**(6.020)**	**(31.035)**
Depreciação no período	(2.875)	(1.030)	(3.905)
Baixas	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2022	**(27.890)**	**(7.050)**	**(34.940)**
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2021	41.499	13.272	54.771
Em 30 de junho de 2022	38.624	12.470	51.094

Os ativos de direito de uso referem-se a terras para cultivo de florestas cujos contratos de arrendamento possuem o prazo médio de 18 anos, e máquinas e equipamentos para uso na operação com vida últil entre 3 e 5 anos.

A Companhia possui como prática a realização de avaliação de *impairment* dos contratos vigentes, e para o período findo em 30 de junho de 2022, não foi identificado a necessidade de constituir a provisão de *impairment* para os contratos vigentes.

17 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		
	Encargos em 30/06/2022	**30/06/2022**	**31/12/2021**
Moeda nacional:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,18% a.a. + TLP	-	16.155
Capital de giro	De 2,88% a 4,90721% a.a. + CDI ou 0,19% a 0,58% a.m. + CDI ou 100% CDI	181.042	261.165
Total moeda nacional		181.042	277.320
Moeda estrangeira:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6,% a 6,15% a.a.	1.230	2.515
Capital de giro	De 5,3% a 7,5% a.a. ou De 2,4% a 5,5% a.a. + Libor	41.507	71.600
Pré-pagamento de exportação	6% a.a + Libor	68.677	64.510
Total moeda estrangeira		111.414	138.625
Total de empréstimos e financiamentos		292.456	415.945
Circulante		139.163	179.142
Não circulante		153.293	236.803

	Consolidado		
	Encargos em 30/06/2022	**30/06/2022**	**31/12/2021**
Moeda nacional:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,18% a.a. + TLP	29.415	46.615
Capital de giro	De 2,2708% a 4,75% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP ou 0,19% a.m + CDI	189.424	270.781
Total em moeda nacional		218.839	317.396
Moeda estrangeira:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6,% a 6,15% a.a.	1.230	2.515
Capital de giro	De 5,3% a 7,5% a.a. ou De 2,4% a 5,5% a.a. + Libor	41.507	71.600
Pré-pagamento de exportação	6% a.a + Libor	68.677	64.510
Total em moeda estrangeira		111.414	138.625
Total de empréstimos e financiamentos		330.253	456.021
Circulante		145.315	184.924
Não circulante		184.938	271.097

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial. Como garantia dos financiamentos, foram cedidos em cessão fiduciária duplicatas e foram alienados fiduciariamente máquinas e equipamentos e uma propriedade.

Em 30 de junho de 2022, as parcelas do não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora	**Consolidado**
2023	36.866	39.696
2024	81.443	86.739
2025	20.655	25.747
Após 2025	14.329	32.756
	153.293	184.938

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de “debt covenants”, apurados com base nas demonstrações financeiras anuais, os quais foram integralmente atingidos em 2021.

As cláusulas restritivas são relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e ebitda igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2021.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora						
		Alterações caixa			Alterações não caixa		
Descrição	**Saldo em 31/12/21**	**Novas Captações**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Despesas com juros**	**Variação cambial e outros**	**Saldo da divida em 30/06/22**
Empréstimos e financiamentos	415.945	65.000	(157.196)	(41.565)	19.654	(9.382)	292.456

	Consolidado						
Descrição	**Saldo em 31/12/21**	**Novas Captações**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Despesas com juros**	**Variação cambial e outros**	**Saldo da divida em 30/06/22**
Empréstimos e financiamentos	456.021	65.000	(159.844)	(43.755)	22.213	(9.382)	330.253

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de financiamento, a qual é aplicada de forma consistente.

18 Debêntures

(a) Em junho de 2018, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 01 de junho de 2023, no montante de até R$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 2ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 14 de maio de 2018 e possui as seguintes características, (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano e (i) será amortizada em 17 parcelas trimestrais, com vencimento de julho de 2019 a julho de 2023.

- **Montante:** até R$ 150.000.000,00 correspondentes a 150.000 debêntures;
- **Data:** (a) emissão: 01 de junho de 2018 e (b) vencimento: 01 de junho de 2023;
- **Amortização:** Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;
- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 20 parcelas trimestrais, com vencimento de setembro de 2018 a junho de 2023.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados com base nas demonstrações financeiras anuais. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e *ebitda* igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2021.

Durante o ano de 2018 os debenturistas subscreveram 135.000 debêntures equivalente ao montante de R$ 135.000, e em 2019 os debenturistas subscreveram o saldo de 15.000 debêntures equivalentes ao montante de R$ 15.000, totalizando a subscrição de 150.000 de debêntures equivalente ao montante total de R$ 150.000.

(b) Em julho de 2021, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 16 de agosto de 2027, no montante de até R$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 3ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 19 de julho de 2021 e possui as seguintes características: (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida de sobretaxa de 6,1968% ao ano e (i) será amortizada em 55 parcelas mensais, com vencimento de fevereiro de 2023 a agosto de 2027.

- **Montante:** até R$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures;
- **Data: (a) emissão:** 11 de agosto de 2021 e (b) vencimento: 16 de agosto de 2023;
- **Amortização:** Em 55 parcelas iguais mensais, a partir do décimo oitavo mês, contados da data de emissão;
- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida de sobretaxa de 6,1968% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 72 parcelas mensais, com vencimento de setembro de 2021 a agosto de 2027.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e ebitda igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2021.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado					
		Alterações caixa			Alterações não caixa	
Descrição	**Saldo em 31/12/21**	**Novas Captações**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Despesas com juros**	**Saldo da divida em 30/06/22**
2ª emissão	53.537	-	(17.647)	(3.429)	3.308	35.769
3ª emissão	157.282	-	-	(4.859)	13.528	165.951
	210.819	-	(17.647)	(8.288)	16.836	201.720

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre debêntures como atividades de financiamento, a qual é aplicada de forma consistente.

19 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 30 de junho de 2022 foi de R$ 5.000 (R$ 4.556 em 30 de junho de 2021).

b. Transações e saldos

Em 30 de junho de 2022 a Companhia possui R$ 3.745 (R$ 3.444 em dezembro de 2021) de mútuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante. As transações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições especificas acordadas entre as partes.

20 Impostos e contribuições à recolher

	Consolidado	
	30/06/2022	**31/12/2021**
ICMS a recolher	(1.522)	(1.702)
IRPJ a recolher	(14.911)	(2.028)
CSLL a recolher	(5.554)	(1.416)
PIS a recolher	(343)	(508)
Cofins a recolher	(1.595)	(2.328)
IRF a recolher	(328)	(201)
Outros impostos a recuperar	(148)	(85)
	(24.401)	(8.268)
Circulante	(23.717)	(7.563)
Não Circulante	(684)	(705)

21 Arrendamentos Mercantil

Em 30 de junho de 2022 a Companhia possuía 45 contratos de arrendamento de terras para plantio de florestas. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de dezoito anos com a opção de renovação após essa data.

O tratamento contábil para esses contratos foi alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa 3.h. Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa.

A taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 1,04% a.m. em 30 de junho de 2022.

(a) Movimentação de passivo de arrendamento

	Controladora e consolidado		
	Arrendamento de terras	**Arrendamento mercantil**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (nota explicativa 3.h)	**17.491**	**40.368**	**57.859**
Adições	-	3.825	3.825
Juros apropriados	4.155	2.758	6.913
Pagamento de principal e juros	(4.382)	(12.180)	(16.562)
Variação cambial	-	43	43
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**17.264**	**34.814**	**52.078**
Adições	228	-	228
Juros apropriados	-	2.586	2.586
Pagamentos de principal e juros	(2.526)	(10.265)	(12.791)
Variação cambial e outros	-	(301)	(301)
Saldo em 30 de junho de 2022	**14.966**	**26.834**	**41.800**

(b) Estimativas de realização

	Passivo de arrendamento	**Juros**	**Valor presente dos passivos de arrendamento**
2022	7.695	(513)	7.182
2023	8.845	(747)	8.098
2024	8.871	(747)	8.124
2025	13.411	(747)	12.664
Após 2025	9.666	(3.934)	5.732
Saldo em 30 de junho de 2022	**48.488**	**(6.688)**	**41.800**

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado está representado em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 por um total de 215.241 ações ordinárias sem valor nominal divididos entre os acionistas da seguinte forma:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Marilia Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	100,00

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Retenção

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

Nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

A assembleia geral ordinária realizada em 26 de abril de 2022, aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 9.149.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 2022, a Companhia creditou aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R$ 10.630, liquido do imposto de renda na fonte de R$ 1.875, o qual foi calculado considerando o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores e considerando o limite de 50% dos lucros acumulados. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela

legislação fiscal. Para efeito destas informações contábeis intermediárias, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Liquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

(i) Custo Atribuído

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

(ii) Hedge accounting

Refere-se a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justos dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (nota explicativa 27.c)

Os valores registrados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, no memo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

23 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	Controladora	
	30/06/2022	**30/06/2021**
Venda de produtos e serviços	874.749	724.972
Dedução de vendas	(127.680)	(117.384)
Receita operacional líquida	747.069	607.588

A receita de vendas da Companhia refere-se a venda de papel e embalagens de papelão ondulado, produtos do beneficiamento de madeiras como molduras, painéis de pinus, portas, kits de portas, pellets, e toras de pinus os quais estão concentrados principalmente no mercado brasileiro. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente em um determinado momento no tempo, que em geral ocorre na entrega dos produtos aos clientes.

A receita da controlada Chapecozinho Energética S/A, refere-se a venda da produção de energia elétrica entregue ao sistema através do mecanismo de realocação de energia (MRE), sendo reconhecida mensalmente. O faturamento bruto de energia até a data de 30 de junho de 2022 foi de R$ 7.014.

24 Despesas por natureza - controladora

	Controladora	
	30/06/2022	**30/06/2021**
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(243.492)	(245.929)
Despesas com pessoal	(88.306)	(67.041)
Despesas com frete	(74.584)	(41.917)
Depreciações e amortizações	(14.569)	(13.817)
Exaustão	(6.296)	(5.234)
Suprimentos Industriais	(21.400)	(17.548)
Manutenção	(20.940)	(15.841)
Energia Elétrica	(16.250)	(16.292)
Despesas com comissões	(12.080)	(9.071)
Benefícios a empregados	(11.056)	(6.705)
Outras receitas e despesas	(58.897)	(53.243)
	(567.870)	(492.638)
Classificação por função		
Custo dos produtos vendidos	(411.261)	(386.570)
Vendas	(118.754)	(73.651)
Administrativas	(37.855)	(32.417)
	(567.870)	(492.638)

25 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora	
Receitas financeiras	**30/06/2022**	**30/06/2021**
Variações cambiais ativas	39.440	49.572
Juros de aplicações financeira	9.739	2.514
Ganhos com derivativos (nota explicativa 27.c)	-	15
Outras receitas financeiras	2.818	1.780
	51.997	53.881
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(41.927)	(54.893)
Juros	(44.004)	(20.754)
Variações monetárias passivas	-	-
Perdas com derivativos (nota explicativa 27.c)	(461)	(2.467)
Juros sobre arrendamento mercantis (nota explicativa 21)	-	(2.809)
Outras despesas financeiras	(313)	(257)
	(86.705)	(81.180)
Resultado financeiro líquido	(34.708)	(27.299)

26 Fundo de Investimentos em direitos creditórios

Em dezembro de 2017, foram iniciadas as operações do FIDC Adami - Adami Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de

adquirir direitos creditórios de titularidade da Companhia. O FIDC Adami tem vida operacional indefinida, com o pagamento final das cotas em 13 de dezembro de 2022 e caso não haja novos aportes, o fundo será liquidado após a amortização total das cotas.

A estrutura de patrimônio do FIDC Adami, em 30 de junho de 2022 está assim representada:

Quotas	**30/06/2022**	**%**	**31/12/2021**	**%**
Cotas sênior	58.971	83%	59.141	83%
Cotas subordinadas mezanino	9.236	13%	9.263	13%
Cotas subordinadas júnior	2.842	4%	2.850	4%
	71.049		71.254	

A Companhia é detentora das cotas subordinadas mezanino as quais não podem ser negociadas no mercado secundário.

Em 30 de junho de 2022, o balanço patrimonial do FIDC Adami está assim composto:

Ativo	**30/06/2022**	**Passivo**	**30/06/2022**
Equivalentes de caixa	8	Contas a pagar	156
Aplicações financeiras	8.214	Patrimônio líquido	71.049
Contas a receber	62.826		
Outros	157		
	71.205		71.205

A Companhia realizou a avaliação da estrutura do fundo com o objetivo de analisar uma eventual necessidade de consolidação com base no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e considera que de acordo com o regulamento do fundo a Companhia não possui o controle por não exercer poder sobre as atividades relevantes do mesmo e não possuir exposição a variabilidade de retornos.

A Companhia avaliou os critérios para o desreconhecimento de ativos financeiros cedidos ao fundo conforme o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e entre os principais critérios considerados está a participação de 3% referente as cotas subordinadas junior, que se subordinam às cotas seniores e às cotas mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do fundo, a qual possui histórico de perda de 2,79% na carteira cedida. Em caso de perda, as cotas junior irão absorver primeiramente esses prejuízos. Com base nesta avaliação e em outros fatores da operação, a Companhia realizou o desreconhecimento dos títulos por considerar que sua cessão ocorre sem direito de regresso e sem coobrigação.

27 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada

não efetuam transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

a. Instrumentos financeiros – valor justo

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2022 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho são:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	**31/12/2021**	**30/06/2022**	**31/12/2021**
Ativo				
VJR				
Caixa e equivalentes de caixa	161.291	118.436	166.406	123.050
Aplicações financeiras	61.978	75.910	63.079	76.954
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	523	916	523	916
	223.792	195.262	230.008	200.920
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	303.460	273.451	303.460	273.451
Depósitos judiciais	5.775	5.764	5.775	5.764
Fundo de investimentos em direitos creditórios	10.210	9.494	10.210	9.494
Dividendos a receber	-	4.232	-	4.232
Mútuos com partes relacionadas	3.745	3.444	3.745	3.444
Outras contas a receber	17.948	21.988	19.247	23.132
	341.138	318.373	342.437	319.517
Passivo				
Custo amortizado				
Fornecedores	(99.198)	(90.877)	(99.321)	(91.142)
Empréstimos, financiamentos e debentures	(494.176)	(626.764)	(531.973)	(666.840)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(64.237)	(57.007)	(64.237)	(57.007)
Passivo de arrendamento	(41.800)	(52.078)	(41.800)	(52.078)
Outras contas a pagar	(74.286)	(75.962)	(74.286)	(76.002)
	(773.697)	(902.688)	(811.617)	(943.069)
VJR				
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	(1.238)	(2.199)	(1.238)	(2.199)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta, os quais são:

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

i. Risco de crédito:

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia possui uma carteira de clientes muito pulverizada. Em 2021 foram efetuadas vendas para mais de 1.210 mil clientes individuais e o maior cliente representou 17% das receitas totais. O risco da carteira é administrado por meio de processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, quando aplicável, provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Uma composição do saldo do contas a receber por idade de vencimento está demonstrado na nota explicativa 7.

Caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras
A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa de R$ 166.406 em 30 de junho de 2022 (R$ 123.050 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito.

ii. Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante suficiente para às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à Fornecedores e outras contas a pagar.

Um demonstrativo da composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento está demonstrada na nota explicativa 17 e 18.

iii. Risco de mercado
Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio
Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Hedge Accounting de fluxo de caixa
Em abril de 2018 a Companhia passou a adotar o Hedge Accounting de fluxo de caixa com o objetivo de mitigar os riscos que variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira. Os empréstimos em moeda estrangeira (objeto de hedge) totalizam USD 7.941 (valor nocional) em 30 de junho de 2022 (USD 12.830 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia designou como instrumento de Hedge as receitas projetadas, as quais estão baseadas em contratos fechados em dólar com seus clientes.

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa, enquanto não realizados, são registrados como componente de outros resultados abrangentes e resultaram no montante negativo de R$ 4.657 no período (líquido dos efeitos tributários). Os

valores reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A efetividade prospectiva do hedge é mensurada no momento da designação e ao final de cada trimestre, com o objetivo da avaliação de efetividade prospectiva e afirmar que o instrumento de hedge será altamente eficaz em compensar as variações do objeto de hedge.

Em geral, a Companhia faz hedge de 60% a 70% de sua dívida em moeda estrangeira com relação a vendas previstas para os próximos doze meses. A Companhia utiliza faturamentos futuros para proteger seu risco cambial, os quais são designados como hedges de fluxo de caixa.

A exposição contábil da Companhia e sua controlada estavam assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	30/06/2022	
	Moeda estrangeira (US$ mil)	**R$**
Ativo		
Contas a receber	3.985	20.872
Passivo		
Fornecedores	(65)	(339)
Empréstimos	(21.316)	(111.414)
Arrendamentos mercantis	(225)	(1.177)
Contratos de Swap	(226)	(1.238)
Hedge Accounting	(7.941)	(41.596)
Exposição líquida	(25.788)	(134.892)

Análise de sensibilidade de variação cambial:

			Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
Operação	Risco	30 de junho de 2022	Queda 25%		Queda 50%		Cenário Provável		Aumento 25%		Aumento 50%	
			Indexador	R$	Indexador	R$	Indexador	R$	Indexador	R$	Indexador	R$
Disponível em outra moeda	Aumento da taxa cambial	1.670	4,13	(2.297)	2,75	(4.594)	5,50	9.187	6,88	2.297	8,25	4.594
Contas à receber	Aumento da taxa cambial	11.479	4,13	(15.783)	2,75	(31.567)	5,50	63.133	6,88	15.783	8,25	31.567
Fornecedores	Aumento da taxa cambial	(90)	4,13	123	2,75	247	5,50	(494)	6,88	(124)	8,25	(247)
Instrumentos financeiros	Aumento da taxa cambial	(226)	4,13	310	2,75	621	5,50	(1.241)	6,88	(310)	8,25	(621)
Arrendamento mercantil	Aumento da taxa cambial	(225)	4,13	310	2,75	619	5,50	(1.239)	6,88	(310)	8,25	(619)
Empréstimos	Aumento da taxa cambial	(21.316)	4,13	29.309	2,75	58.620	5,50	(117.238)	6,88	(29.309)	8,25	(58.619)
		(8.708)		11.972		23.946		(47.892)		(11.973)		(23.945)

Análise de sensibilidade de variações de indexadores:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos principais ativos e passivos financeiros que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2021, foram analisados às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (cenário provável), a Companhia entende que o impacto é irrelevante.

			Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
Operação	Risco	30 de junho de 2022	Queda 25%		Queda 50%		Cenário Provável		Aumento 25%		Aumento 50%	
			Indexador	R$	Indexador	R$	Indexador	R$	Indexador	R$	Indexador	R$
Aplicações Financeiras	Aumento do CDI	120.478	10,24	(411.131)	6,83	(822.263)	13,65		17,06	411.131	20,48	822.263
Empréstimos	Aumento do CDI	(188.652)	10,24	643.775	6,83	1.287.550	13,65		17,06	(643.775)	20,48	(1.287.550)
Arrendamento mercantil	Aumento do CDI	(22.619)	10,24	77.189	6,83	154.378	13,65		17,06	(77.189)	20,48	(154.378)
Debêntures	Aumento do CDI	(35.769)	10,24	122.060	6,83	244.120	13,65		17,06	(122.060)	20,48	(244.120)
		(126.562)		431.893		863.786				(431.893)		(863.786)
Aplicações Financeiras	Aumento do IPCA	37.327	5,75	(71.575)	3,84	(143.150)	7,67		9,59	71.575	11,51	143.150
Debêntures	Aumento do IPCA	(165.952)	5,75	318.212	3,84	636.425	7,67		9,59	(318.212)	11,51	(636.425)
Empréstimos	Aumento do TJLP	(29.415)	5,26	51.549	3,51	103.098	7,01		8,76	(51.549)	10,52	(103.098)
		(158.040)		298.186		596.373				(298.187)		(596.373)

Gestão do capital social
O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de junho de 2022.

c. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos.

A Companhia operou com instrumentos financeiros que resultaram em perda líquida de R$ 461 até junho de 2022 (perda de R$ 2.467 em 2021) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras e receitas financeiras (nota explicativa 25), e geraram reconhecimento conforme demonstrado abaixo.

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2022	**30/06/2021**
Valor justo de derivativos registrado como receita financeira (nota explicativa 25)	2.282	9.662
Valor justo de derivativos registrado como despesa financeira (nota explicativa 25)	(2.743)	(12.129)
Resultado líquido dos efeitos da marcação de instrumentos financeiros ao valor justo	(461)	(2.467)

Os valores dos ativos foram registrados através da marcação ao mercado dos instrumentos de proteção cambial denominados swaps, que possuem como objetivo a proteção dos empréstimos em moeda estrangeira, com valor nominal (“notional”) de R$ 41.507 (USD 7.941), que apresentaram a marcação ao valor justo de R$ (970). Abaixo apresentamos os efeitos do registro deste instrumento derivativo.

	Controladora		**Consolidado**	
	30/06/2022	**31/12/2021**	**30/06/2022**	**31/12/2021**
Valores a receber derivativos registrados no ativo circulante	523	916	523	916
Valores a pagar derivativos registrados no passivo circulante e não circulante	(1.238)	(2.199)	(1.238)	(2.199)